AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA n° 022/26

PROCESSO n° 058/26
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA: ABERTO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CONSERVAÇÃO DE FONTES ORNAMENTAIS, INCLUINDO A REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LODO, ALGAS E DEMAIS IMPUREZAS, LIMPEZA DE SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS, TRATAMENTO DA ÁGUA QUANDO NECESSÁRIO, INSPEÇÃO DOS COMPONENTES HIDRÁULICOS APARENTES E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO, A CONSERVAÇÃO ESTÉTICA E AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS FONTES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA CONTRATANTE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).

Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica os Anexos:

- **Anexo I – Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;**
- **Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;**
- **Anexo III – Modelo de Declaração;**
- **Anexo IV – Minuta do Contrato.**

PREÂMBULO:

O Município da Estância Hidromineral de Águas da Prata torna público que se acha aberta **DISPENSA ELETRÔNICA**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado Bolsa de Licitações e Leilões - BLL com utilização de recursos de tecnologia da informação, adotando-se o critério de julgamento **MENOR PREÇO**, com o envio de lances no **MODO DE DISPUTA ABERTO,** Processo Administrativo nº 058/26, que será regida pela Lei n.º 14.133/21, Decreto Municipal n.º 3.240/24, Lei Complementar n.º 123/06 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. As propostas deverão obedecer às especificações deste Aviso e seus anexos, e serão encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar da Dispensa Eletrônica e o credenciamento de seus representantes, por meio da INTERNET, na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, no endereço www.bllcompras.org.br, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

A sessão pública de processamento da Dispensa Eletrônica será realizada no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br no dia e hora mencionados no preâmbulo e será conduzida pelo(a) agente público designado com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente dispensa eletrônica tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CONSERVAÇÃO DE FONTES ORNAMENTAIS, INCLUINDO A REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LODO, ALGAS E DEMAIS IMPUREZAS, LIMPEZA DE SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS, TRATAMENTO DA ÁGUA QUANDO NECESSÁRIO, INSPEÇÃO DOS COMPONENTES HIDRÁULICOS APARENTES E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO, A CONSERVAÇÃO ESTÉTICA E AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS FONTES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA CONTRATANTE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21,** a ser executada sob o regime de empreitada por preço unitário**,** conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta do Contrato (Anexo IV), que integram este Aviso de Dispensa Eletrônica.

2 – DATAS E HORÁRIOS DA ABERTURA E ENCERRAMENTO DO
PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
De 13/11/2026 às 8:00h.
Até 19/11/2026 às 8:59h, momento no qual as propostas serão abertas e analisadas.
PERÍODO DE LANCES:
De 19/11/2026 às 9:00h às 15:00h.

3 – DA PARTICIPAÇÃO
3.1. Poderão participar da Dispensa Eletrônica todas as empresas interessadas em contratar com a Administração Municipal, que estiverem registradas na Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes e **QUE SEJAM MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.
3.2. Não poderão participar desta dispensa eletrônica:
3.2.1. aquele que não atenda às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
3.2.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
3.2.3. pessoas física ou jurídica que se encontre, ao tempo da Dispensa Eletrônica, impossibilitada de participar da dispensa eletrônica em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
3.2.4. empresas com falência decretada;
3.2.5. empresas que não cumprirem as exigências previstas do subitem 2.1 do item 2 do Aviso de Dispensa Eletrônica;
3.2.6. quando configuradas quaisquer outras hipóteses previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133/21.
3.2.7. empresas que não se enquadrem no Capítulo II da Lei Complementar n° 123/06.
3.3. Para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea "f", do subitem 6.14.6., ambos do item 6 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da empresa participante junto a Bolsa de Licitações e Leilões – BLL.
3.5. Da participação de Empresas reunidas em consórcio
3.4.1. Admitir-se-á a participação de consórcios.
3.4.2. As empresas reunidas em consórcio deverão observar as seguintes regras:
3.4.2.1. A comprovação do compromisso, público ou particular, da constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;
3.4.2.1.1. O compromisso deverá explicitar:
3.4.2.1.1.1. A composição e o percentual de participação de cada empresa integrante;
3.4.2.1.1.2. O objetivo da consorciação;
3.4.2.1.1.3. O prazo de duração do consórcio, que não deve ser inferior ao da duração do contrato;
3.4.2.2. A indicação da empresa líder do consórcio e de poderes expressos para a empresa líder se relacionar com a administração, receber citação e responder administrativa e/ou judicialmente pelas demais consorciadas, bem como para representar o consórcio em todas as fases da presente dispensa eletrônica, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, receber e dar quitação, firmar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução do objeto do contrato;
3.4.2.3. A declaração de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados sob consórcio em relação à presente dispensa eletrônica, e ao eventual contrato dela decorrente;

3.4.2.4. As obrigações das consorciadas, dentre as quais o de que cada consorciada responderá isolada e solidariamente por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente dispensa eletrônica, até a extinção do contrato dela decorrente;

3.4.2.5. Que o consórcio não terá sua constituição ou composição alterada sem a prévia e expressa anuência da contratante;

3.4.2.6. A designação do representante legal do consórcio.

3.4.3. Caso o consórcio seja o vencedor da Dispensa Eletrônica, fica obrigado a promover, antes da assinatura do contrato, a constituição e o registro do consórcio na Junta Comercial de sua sede.

3.4.4. Não será admitida a participação de empresa consorciada, nesta dispensa eletrônica, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

3.4.5. Cada empresa consorciada deverá apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por este Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos.

3.4.5.1. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio nesta dispensa eletrônica.

3.5. Da participação de cooperativas

3.5.1. Admitir-se-á a participação de sociedades cooperativas.

3.5.1.1. O disposto no subitem 3.5.1. deste item 3 não se aplica à cooperativa cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões, que não detenham qualquer meio de produção e cujos serviços sejam prestados de forma individual pelos seus associados.

3.5.1.2. Fica vedada a participação de cooperativas de mão de obra nas licitações e sua contratação, ainda que o objeto licitado ou contratado se enquadre na atividade direta e especifica para a qual foi constituída, quando o trabalho a ser executado, por sua natureza, demandar execução em estado de subordinação e dependência, quer em relação ao fornecedor, quer em relação ao Município.

3.5.1.3. Não será admitida a contratação de cooperativas cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

3.5.1.4. Quando da contratação de cooperativas, o objeto deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

3.5.2. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da dispensa eletrônica sob as seguintes condições:

a) A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas. O objeto deve ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados;

d) Seu estatuto e objeto social prevejam ou estejam de acordo com o objeto deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES – BLL E DO REGULAMENTO OPERACIONAL

4.1. O fornecedor deverá ser previamente credenciado perante o provedor do sistema eletrônico, devendo possuir para o acesso ao Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, a chave de identificação e a senha de acesso pessoal e intransferível obtidas junto ao "Cadastro de Fornecedores" através do endereço eletrônico bll.org.br/cadastro.

4.1.1. O uso da senha de acesso pelo fornecedor é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Sistema Eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões - BLL

ou a Contratante, promotora da dispensa eletrônica, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.1.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre o credenciamento no Sistema da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, chat, e-mail ou mensagens de texto, disponível no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br.

4.1.3. A chave de identificação e a senha terão validade de acordo com a normas e procedimentos previstos no Regulamento do sistema eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, e poderão ser utilizadas em qualquer dispensa eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, por ato devidamente justificado.

4.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através de instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bllcompras.org.br.

4.3. A participação do fornecedor na dispensa eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do Sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à dispensa eletrônica.

4.6. Cada representante credenciado poderá representar apenas um participante, em cada dispensa eletrônica.

4.7. A participação na dispensa eletrônica, se dará por meio do encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

4.8. O envio da proposta vinculará o participante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes à Dispensa Eletrônica.

4.9. A condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa nos termos da Lei Complementar n° 123/06 e suas alterações, deverá ser declarada por meio próprio do participante na ocasião da inclusão de sua proposta no sistema.

4.10. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou da desconexão do seu representante.

4.11. O participante deverá observar as datas e horários limites previstos para a realização de todos os atos da Dispensa Eletrônica.

4.12. Todas as referências de tempo neste Aviso de Dispensa Eletrônica, nos Avisos, no decorrer da Sessão Pública, nos registros do sistema eletrônico e na documentação relativa à Dispensa Eletrônica, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

4.13. O andamento do procedimento de dispensa eletrônica entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal www.bllcompras.org.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de participantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

4.14. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba - PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5. DO CADASTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA

5.1. Os participantes encaminharão a proposta, exclusivamente por meio do sistema.

5.2. A proposta de preço deverá ser enviada até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública,

encerrando automaticamente a etapa de envio dessa documentação após o horário determinado, e deverá conter os seguintes elementos:

a) descrição do objeto da presente dispensa eletrônica em conformidade com as **especificações do Termo de Referência – Anexo I deste Aviso de Dispensa Eletrônica;**

b) preço **UNITÁRIO E TOTAL**, em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, bem como contendo oferta firme e precisa, sem quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

b.1) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente dispensa eletrônica.

c) prazo de validade dos produtos, observado o prazo mínimo indicado no Termo de Referência para cada item. Esse prazo será contado da entrega dos itens.

5.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta dispensa eletrônica, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

5.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.2.3. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123/06, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo(a) condutor(a).

5.3. Até a abertura da sessão pública, os participantes poderão retirar ou substituir a proposta e eventuais documentos anteriormente inseridos no sistema.

5.4. Não será estabelecida, nessa etapa da Dispensa Eletrônica, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do participante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) condutor(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o participante.

5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do participante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo(a) condutor(a).

5.8. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os valores ofertados somente sofrerão reajuste após 12 (doze) meses, contados da data-base vinculada à data do

orçamento estimado, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) do período, ou outro que vier a substituí-lo.

5.10. Os participantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.11. Em circunstâncias excepcionais, antes do término do período original de validade das propostas, o(a) Condutor(a) poderá solicitar que os participantes estendam o período de validade das propostas para um período específico adicional. Essas solicitações, bem como as respostas das proponentes, serão feitas por escrito. A proponente poderá recusar a solicitação, resultando na desistência da participação do processo de contratação direta, sem que a ela sejam imputadas penalidades por tal ato.

5.12. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do participante, das condições estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos.

5.13. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo na aquisição de matéria-prima, tributos, mão-de-obra, transporte, entre outros.

5.14. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

6 - DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

6.1. No dia e horário previstos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, o(a) Condutor(a) dará início à sessão pública da dispensa eletrônica, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

6.1.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Condutor(a) e os participantes.

6.2. A análise das propostas pelo(a) Condutor(a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso de Dispensa Eletrônica;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo(a) condutor da sessão;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso de Dispensa Eletrônica, desde que insanável;

f) que forem apresentadas por empresas que não se enquadrem no Capítulo II da Lei Complementar n° 123/06.

6.2.1.1. O(a) Condutor(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos participantes que ela seja demonstrada.

6.2.1.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do(a) Condutor(a), observado o disposto no artigo 59, da Lei nº 14.133/21, obedecendo ao disposto no subitem 6.2.1. deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.2.1.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, como acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3.1. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

6.4. Etapa de lances:

6.4.1. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as empresas detentoras de propostas classificadas.

6.4.2. Iniciada a etapa competitiva, os participantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4.3. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores ao último valor apresentado pelo próprio participante ofertante, observada a redução mínima fixada no subitem 6.4.4.

6.4.4. O valor de redução mínima entre os lances será de:

REDUÇÃO – R$
R$ 0,01

6.4.4.1. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço unitário (valor mensal).

6.4.4.2. O valor de redução mínima incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4.5. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo participante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre os lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema e os respectivos lances.

6.4.6. Será adotado para o envio de lances na dispensa eletrônica o **"modo de disputa aberto"**, em que os participantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.4.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor efetuados pelo mesmo participante, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.4.8. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, pelo sistema eletrônico:

a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores, vedada a identificação do participante;

b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

6.4.9. Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.5. A etapa de lances terá a duração de 6 (seis) horas, em conformidade com os horários estabelecidos no item 2 deste Aviso.

6.5.1. Imediatamente após o término do prazo estabelecido no subitem anterior, a fase de lances será encerrada.

6.6. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada participante.

6.7. Após, poderá o(a) Condutor(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.8. Considerando-se que a dispensa eletrônica é destinada à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei n° 11.488/2007, não será concedido o direito de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/06.

6.9. Após o procedimento de que trata o subitem 6.8., permanecendo o empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.9.1. Disputa final, hipótese em que os participantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.9.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos participantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei nº 14.133/21;

6.9.3. Desenvolvimento pelo participante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.9.4. Desenvolvimento pelo participante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.10. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.10.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo, no qual se localiza este Município;

6.10.2. Empresas brasileiras;

6.10.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.10.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.11. Negociação:

6.11.1. Quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Condutor(a) poderá negociar condições mais vantajosas, mediante troca de mensagens abertas no sistema.

6.11.1.1. Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.

6.11.2. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação

6.11.3. A negociação poderá ser feita com os demais participantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.12. Aceitação e Julgamento das propostas:

6.12.1. Após a negociação, se houver, o(a) Condutor(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, de modo a realizar a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, bem como examinar a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

6.12.2. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das

propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão participante, que já se encontra devidamente juntada aos autos.

6.13. Na mesma sessão pública, o(a) Condutor(a) solicitará do participante detentor da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da **proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do Anexo II e da planilha de composição de custos, elaborada de acordo com o modelo do Anexo III** deste Aviso de Dispensa Eletrônica, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido na Dispensa Eletrônica.

6.13.1. O participante terá o prazo de uma hora e trinta minutos, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado antes do encerramento do prazo, para elaboração e envio dos documentos descritos no subitem 6.13 através do sistema Bolsa de Licitações e Leilões - BLL ou e-mail da Municipalidade, constante do rodapé do presente Aviso de Dispensa Eletrônica**.**

6.13.2 A proposta e a planilha de composição de custos deverão observar as especificações condições do Termo de Referência constante do Anexo I.

6.13.3. O(a) Condutor(a) poderá a qualquer momento solicitar aos participantes os esclarecimentos que julgar necessários.

6.13.4. A critério do(a) Condutor(a), a sessão pública poderá ser suspensa para a apresentação da proposta e da planilha de composição de custos, em conformidade com os modelos constantes dos Anexos II e III.

6.13.5. O(a) Condutor(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos participantes que ela seja demonstrada.

6.13.6 Se o participante detentor da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no subitem 6.13, sua proposta não será aceita pelo(a) Condutor(a).

6.14. Fase de habilitação:

6.14.1. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o(a) Condutor(a) ao julgamento da habilitação.

6.14.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Condutor(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação na Dispensa Eletrônica ou a futura contratação, mediante emissão da certidão negativa de licitantes inidôneos[1] e consulta consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União[2].

6.14.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.14.2.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Condutor(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.14.2.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.14.2.4. Constatada a existência de sanção, o(a) Condutor(a) reputará o participante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.14.3. Os documentos de habilitação, listados no item 7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverão ser inseridos na plataforma de dispensa eletrônica pelo(s) participante(s) vencedor(es), após a fase de lances e aceitação de preços.

6.14.3.1. A solicitação para a inserção dos documentos de habilitação será realizada via chat pelo(a) Condutor(a), de modo que o participante terá o prazo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado por igual período, para elaboração e envio dos documentos através do sistema BLL ou e-mail da Municipalidade, constante do rodapé do presente Aviso.

6.14.3.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo(s) participantes(s) vencedor(es).

---

[1] Consulta pelo link <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111343291139574::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO>

[2] Consulta pelo link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>

6.14.4. Se o participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se o participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, foram emitidos somente em nome da matriz.

6.14.5. Serão aceitos registros de CNPJ de participante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.14.6. Serão, ainda, observadas as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL e extraídos dos documentos indicados no item 7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica;

b) Após a entrega dos documentos de habilitação tratada no subitem 6.14.3. deste Aviso de Dispensa Eletrônica, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, no prazo de 1 (uma) hora, prorrogável por igual período, para:

b.1) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos participantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da Dispensa Eletrônica;

b.2) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

c) Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Condutor(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

c.1) Será permitida, para qualquer fim, a verificação pelo(a) Condutor(a) dos documentos de habilitação por meio de processo eletrônico de comunicação à distância, sendo assegurado aos demais participantes o acesso às informações constantes dos sistemamados, diretamente, pelo(a) Condutor(a).

c.3) Sem prejuízo do disposto nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, deste subitem 6.14.6, serão apresentados, obrigatoriamente, anexados em campo próprio do sistema ou enviados por correio eletrônico, toda a documentação descrita no item 7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 6.14.6. na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, o participante será inabilitado, mediante decisão motivada;

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas ou por declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, dos documentos enviados na forma constante do subitem 6.14.3., deverão ser apresentados no Departamento de Licitações, no endereço abaixo descrito, em até 02 (dois) dias úteis a contar do dia imediatamente posterior à suspensão da sessão pública que será efetuada pelo(a) Condutor(a), sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA
Departamento de Licitações
Avenida Washington Luiz, 485, Centro
CEP 13890-000 – Águas da Prata/SP
Fone: (19) 3642-1021 - Ramal 235
E-mail: licitacoes@aguasdaprata.sp.gov.br

e.1) Em ato continuo à suspensão da sessão pública para o envio dos documentos estipulados na alínea “e”, o(a) Condutor(a) informará aos participantes a data e horário previstos para a retomada da sessão, momento no qual será efetuada a deliberação sobre os documentos recebidos;

e.2) Os documentos que possuírem autenticação e assinaturas digitais, desde que anexadas as chaves de acesso de certificação licenciadas pelo ICP-BRASIL e dentro do seu prazo de validade, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, não necessitarão de envio físico;

e.3) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade ou atraso das Agências dos Correios;

f) Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 7.3, alíneas “a” a “e” do

item 7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Aviso de Dispensa Eletrônica, o participante será habilitado e declarada vencedora da Dispensa Eletrônica;

h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o(a) Condutor(a) suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade;

i) Por meio de aviso lançado no sistema, o(a) Condutor(a) informará aos demais participantes que poderão consultar as informações cadastrais do participante vencedor utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos pelo próprio sistema ou outro meio eletrônico.

6.14.7. O participante habilitado nas condições da alínea "f", do subitem 6.14.6. deste item 6, deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.14.8. A comprovação de que trata o subitem 6.14.7. deste item 6 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que o participante for declarado vencedor da Dispensa Eletrônica, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

6.14.9. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do subitem 6.14.6., a sessão pública será suspensa pelo(a) condutor(a), observados os prazos previstos no subitem 6.14.8, para que o participante vencedor possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de que trata o subitem 7.3 deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.14.10. Por ocasião da retomada da sessão, o(a) condutor(a) decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 6.14.7. e 6.14.8 deste item 6, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 6.14.8.

6.14.11. Se a oferta não for aceitável, se o participante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo sanada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 6.14.7. a 6.14.10, deste item 6, o(a) condutor(a), respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 6.7, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6.14.11.1. Haverá, ainda, nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, nos termos do subitem 6.8. deste item 6, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

6.14.12. O(a) condutor(a) poderá, a qualquer momento, diligenciar para esclarecer dúvidas em relação à documentação apresentada pelo participante.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1. A fase de habilitação se processará na forma prevista no subitem 6.14, do item 6 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. A depender do modo de constituição da empresa, deverá ser apresentado:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Em se tratando de sociedade cooperativa, ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais

administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;

7.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**.

b) Prova de **inscrição municipal**, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

c) Comprovação de Regularidade perante as Fazendas:

c.1) Federal - através de Certidão de regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (Certidão nos termos do Decreto Nº 8.302, de 4 de setembro de 2014 e/ou nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014).

c.2) Estadual - através de Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do proponente.

c.3) Municipal - certidão dos Tributos Mobiliários relativos ao domicílio ou sede do proponente.

d) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) perante o Instituto Nacional da Seguridade Social – **INSS** e o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – **FGTS,** com prazo válido.

d.1) Quanto à certidão de Regularidade Fiscal perante o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), em substituição da mesma, será aceita certidão de regularidade de tributos Federais (subitem c.1.) que abranja, inclusive, as contribuições sociais, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

e) Prova de regularidade trabalhista, através de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** (ou positiva com efeitos de negativa), dentro do seu prazo de validade.

f) Declaração quanto ao cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme modelo apresentado no Anexo IV.

7.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e empresa de pequeno porte, a estas será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora da Dispensa Eletrônica, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação, para executar o objeto, ou revogar o processo.

7.3.4. Quanto às certidões enumeradas no item 7.3. (habilitação fiscal, social e trabalhista) do presente Aviso de Dispensa Eletrônica, serão aceitas certidões negativa de débito ou positiva com efeito de negativa, dentro de seu prazo de validade.

7.3.5. Se a prestação dos serviços vier a ser realizada por filial, os documentos relacionados neste subitem 7.3. deverão ser dessa filial, caso os tributos sejam recolhidos de forma centralizada, deverão ser apresentadas também, as certidões de habilitação fiscal, social e trabalhista da matriz.

7.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.4.2. As sociedades cooperativas deverão apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

7.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.5.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

7.5.1.1. Comprovação de qualificação operacional da empresa na execução do objeto de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, no(s) qual(ais) se indique(m) a aquisição compatível em quantidades, características e prazos.

7.5.1.2. Registro ou inscrição da pessoa jurídica na entidade profissional competente, qual seja, CREA, com validade na data da realização da Dispensa Eletrônica, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais.

7.5.1.3. Declaração elaborada pelo participante indicando o profissional técnico, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados, bem como a comprovação de que o mesmo faz parte do quadro permanente da empresa participante.

7.5.1.4. A comprovação do vínculo profissional dar-se-á mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, na data fixada para a apresentação das propostas, conforme Súmula 25 do TCESP.

7.5.1.5. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto desta dispensa eletrônica, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.5.1.6. Declaração de que o participante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta dispensa eletrônica.

7.5.1.7. Registro do profissional técnico indicado na entidade profissional competente, dentro do prazo de validade.

7.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.6.1. Declaração, subscrita por seu representante legal, nos termos do Anexo IV.

7.6.2. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, deverá declarar seu enquadramento, bem como comprová-lo por ao menos 1 (um) dos seguintes documentos:

a) Certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerçam atividade comercial;

b) Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas caso atuem em outra área que não a comercial;

c) Comprovação de inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional;

d) Declaração, firmada por contador, informando qual o porte da empresa (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), de acordo com os limites previstos no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações;

7.6.2.1. Caso o participante declare a sua condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa e não a comprove, **não poderá participar da Dispensa Eletrônica.**

7.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.7.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas **até 180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.7.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

7.7.3. Todas as declarações assinadas pelos proponentes deverão observar a necessidade de comprovar serem seus subscritores representantes legais da empresa, caso tais comprovações já não tenham sido apresentadas anteriormente neste processo de contratação direta.

7.7.4. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais.

7.7.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

7.7.6. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos subitens 6.14.7 a 6.14.9 do item 6 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no Art. 71 da Lei n° 14.133, de 2021.

8.2. A adjudicação será feita por item.

9 – DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Ao participante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelo ônus decorrente de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

9.2. A desconexão do sistema eletrônico com o(a) condutor(a), durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes de nova data e horário para a sua continuidade;

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelos participantes, até o término do período estabelecido no Aviso de Dispensa Eletrônica.

9.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer participante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou da Dispensa Eletrônica.

10 – DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação decorrente desta dispensa eletrônica será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui o ANEXO V do presente ato convocatório.

10.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, as certidões de habilitação fiscal, social e trabalhista da contratada estiverem com os prazos de validade vencidos (subitem 7.3 da cláusula 7 do Aviso de Dispensa Eletrônica), o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a contratada será notificada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 10.1.1 deste item 10, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade vigentes, sob pena de a contratação não se realizar.

10.2. A contratada deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação, se houver, comparecer ao Setor de Contratos, para assinar o termo de contrato.

10.2.2. O prazo para assinatura do Termo de Contrato poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto neste item, sob alegação de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

10.2.3. No ato da assinatura, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Procuração ou Contrato Social;

b) Cédula de Identidade;

10.2.3.1. Caso os documentos relacionados nas alíneas "a" e "b" deste item 10.2.3 tiverem sido apresentados durante a sessão pública por ocasião do "Documentos de Habilitação", bem como estiverem encartados no presente processo de contratação direta, **não precisarão ser apresentados para assinatura do Termo de Contrato.**

10.2.3.2. Os documentos elencados nas alíneas "a" e "b" deverão ser apresentados sob forma de cópia reprográfica devidamente autenticados por Cartório competente, ou por funcionário do Setor de Contratos, desde que as cópias apresentadas estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais para conferência, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, salvo aqueles obtidos por meio eletrônico ou que possibilitem sua verificação através do meio mencionado.

10.3. Quando a contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 10.1.1 deste item 10, não apresentar a documentação relacionada no subitem 10.2.3 deste item 10, recusar-se a assinar o contrato ou praticar qualquer outra conduta que configure desistência da proposta, serão convocados os participantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo participante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

10.4. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Jornal Oficial do Município e veiculação na internet.

10.5. O prazo de vigência contratual será contado da data de assinatura do contrato e vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

11 - PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. Para as condições de entrega, recebimento e aceitação do objeto da dispensa eletrônica deverão ser observadas as condições **estabelecidas na cláusula quinta da Minuta do Contrato**, que integra este Aviso de Dispensa Eletrônica como Anexo IV, bem como, no que couber, as disposições contidas no Decreto nº 3.240/24.

12 - DAS CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

12.1. O Município de Águas da Prata procederá à liquidação e pagamento nas formas e condições estabelecidas na **cláusula oitava da Minuta do Contrato**, que integra este Aviso de Dispensa Eletrônica como Anexo IV.

13 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. São infrações administrativas passíveis de aplicação de sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei nº 14.133/21:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a Dispensa Eletrônica ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) condutor(a) durante a Dispensa Eletrônica;

13.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.5.1. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5.2. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.5.3. Deixar de apresentar amostra, quando exigida;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da dispensa eletrônica sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a Dispensa Eletrônica ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a Dispensa Eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação direta;

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

13.1.13. Para fins deste instrumento, considera-se, ainda, comportamento inidôneo a realização de atos tais como os descritos nos artigos 337-H, 337-L, 337-M, § 2° do Código Penal.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. impedimento de licitar e contratar;

13.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2.4. multas:

13.2.4.1. multa de 10% (Dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato;

13.2.4.2. multa de 1% (Um por cento), por dia de atraso, calculada sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), caso o contratante retarde a execução dos serviços ou retarde a substituição dos serviços que não estiverem de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência;

13.2.4.3. multa de 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total;

13.2.4.4. multa de 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa injustificada em assinar e/ou de não entrega da documentação exigida para a contratação.

13.2.4.5. As multas são independentes entre si; a aplicação de uma, não exclui a aplicação das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei, observado o limite máximo de 30% do total do contrato licitado ou celebrado.

13.2.4.6. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

13.2.4.7. Durante a tramitação do processo de aplicação de penalidades, os pagamentos poderão ser suspensos total ou parcialmente para viabilizar o desconto de que se trata o item 13.2.4.6.

13.2.4.8. Se os pagamentos devidos à CONTRATADA forem insuficientes para saldar os débitos decorrentes das multas, esta ficará obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

13.2.4.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa e cobrada judicialmente.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.5. Na aplicação das sanções de advertência e multa, que se dá por meio de processo administrativo simplificado, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

13.6.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

13.6.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

13.6.3. demais situações de pequena relevância que configurem descumprimentos contratuais e editalícios corrigidos após notificação.

13.7. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

13.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 13.1.2 a 13.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pela prática das infrações dispostas nos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 13.1.2 a 13.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o participante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos subitens 13.8. e 13.9. exigirá, como condição de reabilitação do participante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.13. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.14. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação;

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

13.15. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei n.º 14.133/21 e do Decreto Municipal n° 3.240/24.

14 – DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

14.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta dispensa eletrônica.

15 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. As obrigações da CONTRATADA procederão nas formas e condições estabelecidas na **cláusula nona da Minuta do Contrato,** que integra este Aviso de Dispensa Eletrônica como Anexo IV.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1. As obrigações do CONTRATANTE procederão nas formas e condições estabelecidas na **cláusula décima da Minuta do Contrato,** que integra este Aviso de Dispensa Eletrônica como Anexo IV.

17 – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do fornecimento que integra o objeto deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes desta dispensa eletrônica para o exercício de 2026 serão custeadas com recursos próprios constantes da respectiva lei orçamentária, codificados sob o número 021702.15.452.9029.2401.0000.3.3.90.39.00 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

19 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As normas disciplinadoras desta dispensa eletrônica serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os participantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2. Os casos omissos serão solucionados pelo(a) condutor(a) e as questões relativas ao sistema, pelo Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, no Decreto Municipal n° 3.240, de 2024, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19.3. Das sessões públicas de processamento da dispensa eletrônica serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo(a) condutor(a) e pela equipe de apoio.

19.4. O sistema manterá sigilo quanto à identidade dos participantes:

19.4.1. Para o(a) condutor(a), até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

19.4.2. Para os demais, até a etapa de habilitação;

19.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) condutor(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.7. No caso do procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

a) republicar o procedimento;

b) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

c) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

19.8. A presente dispensa eletrônica, nos termos do artigo 71, da Lei nº 14.133/21, poderá ser revogada, por motivos de conveniência e oportunidade ou anulada, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, sem que as participantes tenham direito a qualquer indenização.

19.9. O resultado desta dispensa eletrônica e os demais atos pertinentes a esta dispensa eletrônica, sujeitos à publicação, serão divulgados nos sítios eletrônicos www.bllcompras.org.br e www.aguasdaprata.sp.gov.br.

19.10. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da dispensa eletrônica, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Águas da Prata, 19 de outubro de 2026.

JOÃO VITOR DE OLIVEIRA
Subscritor do Aviso de Dispensa
Diretora do Departamento de Licitações

BÁRBARA BRUNA ZANELLO ARMIDORO
Secretária Municipal de Compras e Licitações

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CONSERVAÇÃO DE FONTES ORNAMENTAIS, INCLUINDO A REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LODO, ALGAS E DEMAIS IMPUREZAS, LIMPEZA DE SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS, TRATAMENTO DA ÁGUA QUANDO NECESSÁRIO, INSPEÇÃO DOS COMPONENTES HIDRÁULICOS APARENTES E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO, A CONSERVAÇÃO ESTÉTICA E AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS FONTES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA CONTRATANTE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21

1.2. Especificações dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
01	Prestação de serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação de fontes ornamentais, incluindo a remoção de resíduos sólidos, lodo, algas e demais impurezas, limpeza de superfícies internas e externas, tratamento da água quando necessário, inspeção dos componentes hidráulicos aparentes e demais atividades correlatas, visando garantir o adequado funcionamento, a conservação estética e as condições sanitárias das fontes pertencentes ao patrimônio da contratante, com disponibilização de mão de obra e fornecimento de material compreendendo os seguintes serviços: • Retirada e esgotamento da água represada nas piscinas das fontes • Escovação das paredes internas e externas das fontes • Escovação e limpeza das peneiras do filtro das bombas • Limpeza dos reservatórios das fonts • Limpeza das grelhas das caixas coletoras de retorno • Assepsia correta dos bicos das fontes de água • Acompanhamento do nível de água das piscinas das fontes de forma semanal. • Realização da cloração dos reservatórios para desinfecção da água e das fontes. • Relatar qualquer intercorrência nos motores bombas e do filtro das mesmas. • Limpeza e manutenção das seguintes fontes localizadas no Município de Águas da Prata: Praça da Bandeira, Praça Basílio Ceschin - R. Dr. Wolgrand Junqueira Ferreira, Piso da Fonte da Praça do Boulevard, Praça Gabriel Binati - Rua Coronel Ernesto de Oliveira, Praça Nossa Senhora de Lourdes - Praça Chiquita Junqueira Ferreira.	MÊS	12

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade assegurar a adequada conservação, funcionamento e manutenção das fontes ornamentais pertencentes ao patrimônio da Contratante, mediante a prestação de serviços especializados de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As fontes ornamentais constituem elementos paisagísticos e arquitetônicos de relevante valor estético, cultural e ambiental, contribuindo para a valorização dos espaços públicos, para o embelezamento urbano e para a promoção do bem-estar da população. Além de sua função decorativa, tais estruturas demandam manutenção contínua e especializada para garantir seu adequado funcionamento e preservar suas características originais.

A ausência ou insuficiência de serviços regulares de limpeza e conservação favorece o acúmulo de resíduos sólidos, folhas, poeira, lodo, algas e outros materiais orgânicos, comprometendo não apenas a aparência das fontes, mas também o desempenho de seus sistemas hidráulicos e de recirculação. Tais condições podem ocasionar entupimentos,

redução da vida útil dos equipamentos, proliferação de microrganismos, odores desagradáveis e degradação dos componentes estruturais, gerando custos mais elevados com reparos corretivos e recuperação dos sistemas.

Sob o aspecto sanitário, a manutenção periódica é imprescindível para evitar a deterioração da qualidade da água e a formação de ambientes propícios à proliferação de vetores e agentes biológicos potencialmente nocivos à saúde pública. A limpeza regular, associada ao tratamento adequado da água quando necessário, contribui para a preservação das condições higiênico-sanitárias das instalações, reduzindo riscos à população e aos servidores que frequentam os espaços onde as fontes estão instaladas.

Cumpre destacar que já existia contratação formalizada para a execução dos serviços de limpeza e manutenção de fontes ornamentais, por meio da Dispensa de Licitação nº 30/2024, contemplando exclusivamente as fontes localizadas na Praça da Bandeira e na Praça Basílio Ceschin.

Entretanto, a referida contratação não abrangia as fontes localizadas na Praça Gabriel Binati e na Praça Nossa Senhora de Lourdes, uma vez que tais estruturas não se encontravam em operação à época da formalização da contratação anterior. Com a investidura da nova gestão municipal no exercício de 2025, foram adotadas medidas para recuperação, ativação e funcionamento dessas duas fontes ornamentais, ampliando a demanda pelos serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação.

Diante da inclusão de dois novos locais de prestação dos serviços, verificou-se que a ampliação do objeto originalmente contratado poderia ultrapassar os limites legalmente admitidos para alterações contratuais, bem como comprometer os pressupostos que fundamentaram a contratação direta realizada por meio da Dispensa de Licitação nº 30/2024. Ademais, considerando o acréscimo substancial da demanda, a realização de nova contratação mostra-se mais adequada sob os aspectos técnico, administrativo e jurídico.

Assim, em observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência e segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021, a Administração entendeu ser mais adequado promover a abertura de novo processo de contratação, contemplando de forma integral todas as fontes ornamentais atualmente em funcionamento e sob responsabilidade do Município, quais sejam: Praça da Bandeira, Praça Basílio Ceschin, Praça Gabriel Binati e Praça Nossa Senhora de Lourdes.

A contratação de empresa especializada mostra-se necessária em razão da natureza técnica dos serviços, que exigem mão de obra qualificada, equipamentos adequados, materiais específicos e procedimentos apropriados para a execução das atividades de limpeza, higienização, conservação e inspeção dos componentes hidráulicos aparentes. Ademais, a execução inadequada desses serviços pode ocasionar danos às estruturas, aos revestimentos e aos equipamentos que compõem os sistemas das fontes ornamentais.

Ressalta-se, ainda, que a Administração não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica especializada, equipamentos e insumos suficientes para realizar de forma contínua, eficiente e segura todas as atividades necessárias à manutenção das fontes ornamentais, tornando a contratação de empresa especializada a alternativa mais vantajosa e adequada para o atendimento da demanda.

A contratação também encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e preservação do patrimônio público, uma vez que a manutenção preventiva periódica reduz significativamente a ocorrência de falhas, avarias e intervenções corretivas de maior complexidade e custo. Dessa forma, promove-se a conservação dos bens públicos, garantindo sua funcionalidade, segurança e durabilidade.

A adoção dessa medida permitirá a adequada cobertura contratual de todos os locais que demandam manutenção periódica, garantindo a uniformidade dos serviços prestados, a correta estimativa dos quantitativos necessários, a observância dos limites legais aplicáveis às contratações públicas e a preservação das condições estéticas, operacionais e sanitárias das fontes ornamentais integrantes do patrimônio público municipal.

Considerando que a necessidade dos serviços é contínua e permanente, em razão do funcionamento ininterrupto das fontes ornamentais e da constante exposição às condições climáticas e ambientais, a contratação pelo período de 12 (doze) meses mostra-se adequada para assegurar a execução regular das atividades previstas, possibilitando o planejamento operacional e a manutenção dos padrões de qualidade exigidos.

Por fim, a possibilidade de prorrogação contratual, observados os requisitos e limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza continuada dos serviços, cuja interrupção poderia comprometer a conservação das fontes ornamentais, a preservação do patrimônio público e as condições adequadas de funcionamento e salubridade das instalações.

Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade e a conveniência da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação das fontes ornamentais localizadas na Praça da Bandeira, Praça Basílio Ceschin, Praça Gabriel Binati e Praça Nossa Senhora de Lourdes, de modo a assegurar a adequada preservação do patrimônio público, a manutenção das condições sanitárias e estéticas das estruturas e o pleno atendimento ao interesse público.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação das fontes ornamentais pertencentes ao patrimônio da Contratante, mediante disponibilização de mão de obra qualificada e fornecimento de todos os materiais, produtos, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à completa execução dos serviços, pelo período inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, desde que presentes os requisitos previstos nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação contempla uma solução integrada, destinada a garantir o adequado funcionamento, a conservação física e estética das estruturas, bem como a manutenção das condições sanitárias das fontes ornamentais, abrangendo todas as atividades necessárias para sua operação regular e preservação ao longo da vigência contratual.

Os serviços deverão ser executados de forma preventiva, periódica e programada, observando cronograma previamente estabelecido pela Administração, bem como poderão ser realizados de forma corretiva sempre que identificada a necessidade de intervenção para restabelecimento das condições normais de funcionamento e conservação das fontes.

A solução compreenderá, entre outras atividades correlatas:

- limpeza completa das superfícies internas e externas das fontes ornamentais;
- remoção de folhas, areia, resíduos sólidos, sedimentos, lodo, algas e demais impurezas acumuladas;
- higienização das estruturas e reservatórios;
- tratamento da água, sempre que necessário, mediante utilização de produtos compatíveis com a finalidade do sistema;
- inspeção visual dos componentes hidráulicos aparentes, visando identificar desgastes, obstruções, vazamentos ou outras ocorrências que possam comprometer o funcionamento das fontes;
- limpeza dos dispositivos de circulação da água e demais componentes aparentes integrantes do sistema;
- descarte ambientalmente adequado dos resíduos provenientes da execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente;
- fornecimento integral de mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios, materiais de limpeza, produtos químicos, equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais insumos indispensáveis à perfeita execução contratual.

A empresa contratada deverá empregar profissionais devidamente capacitados, observando as normas técnicas aplicáveis, as normas de saúde e segurança do trabalho e a legislação ambiental pertinente, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços executados e pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança relacionadas aos seus empregados.

A solução foi concebida de forma a transferir à contratada toda a responsabilidade operacional pela execução dos serviços, cabendo à Administração exercer a fiscalização contratual quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, à qualidade dos serviços prestados e à observância dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos no Termo de Referência.

A contratação continuada mostra-se adequada em razão da natureza permanente da necessidade administrativa, considerando que as fontes ornamentais permanecem em funcionamento durante todo o ano e estão continuamente sujeitas ao acúmulo de resíduos, proliferação de algas, desgaste natural dos componentes e demais fatores decorrentes da exposição às intempéries e da utilização dos espaços públicos.

A adoção dessa solução proporciona diversos benefícios à Administração Pública, dentre os quais destacam-se:

- preservação do patrimônio público municipal;
- manutenção da funcionalidade e da vida útil das fontes ornamentais;
- conservação da qualidade estética dos espaços públicos;
- melhoria das condições sanitárias dos equipamentos urbanos;
- prevenção de falhas operacionais e de danos estruturais;

- redução da necessidade de intervenções corretivas de maior custo;
- racionalização dos gastos públicos mediante a adoção de manutenção preventiva;
- maior previsibilidade orçamentária e continuidade da prestação dos serviços;
- execução dos serviços por empresa especializada, com utilização de técnicas, equipamentos e produtos adequados.

Assim, a solução proposta atende integralmente à necessidade identificada pela Administração, apresentando-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa, garantindo a conservação das fontes ornamentais, a adequada utilização dos recursos públicos e a observância dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e preservação do patrimônio público previstos na Lei nº 14.133/2021.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1.1. A depender do modo de constituição da empresa deverá ser apresentado:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Em se tratando de sociedade cooperativa, ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;

4.1.1.1. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF.

b) Prova de inscrição municipal relativo ao domicílio do proponente;

c) Comprovação de Regularidade perante as Fazendas:

c.1) Federal - através de Certidão de regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (Certidão nos termos do Decreto Nº 8.302, de 4 de setembro de 2014 e/ou nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014).

c.2) Estadual - através de Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do proponente.

c.3) Municipal - certidão dos Tributos Mobiliários relativos ao domicílio ou sede do proponente.

d) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) perante o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS e o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS, com prazo válido.

d.1) Quanto à certidão de Regularidade Fiscal perante o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), em substituição da mesma, será aceita certidão de regularidade de tributos Federais (subitem **c.1.)** que abranja, inclusive, as contribuições sociais, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

e) Prova de regularidade trabalhista, através de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (ou positiva com efeitos de negativa), dentro do seu prazo de validade.

f) Declaração quanto ao cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

4.1.1.2. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1.1.2.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.1.1.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1.1.2.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

4.1.1.2.1.1. Comprovação de qualificação operacional da empresa na execução do objeto de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, no(s) qual(ais) se indique(m) a aquisição compatível em quantidades, características e prazos.

4.1.1.2.1.2. Registro ou inscrição da pessoa jurídica na entidade profissional competente, qual seja, CREA, com validade na data da realização da Dispensa Eletrônica, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais.

4.1.1.2.1.3. Declaração elaborada pelo participante indicando o profissional técnico, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados, bem como a comprovação de que o mesmo faz parte do quadro permanente da empresa participante.
4.1.1.2.1.3. A comprovação do vínculo profissional dar-se-á mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, na data fixada para a apresentação das propostas, conforme Súmula 25 do TCESP.
4.1.1.2.1.4. Registro do profissional técnico indicado na entidade profissional competente, dentro do prazo de validade.

5 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A execução dos serviços objeto da presente contratação deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas neste Documento de Formalização de Demanda, especialmente quanto aos prazos, qualidade, regularidade e conformidade técnica das atividades de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação de fontes ornamentais, incluindo todas as atividades correlatas necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos e preservação do patrimônio da CONTRATANTE.
5.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE, devendo, nesse período, mobilizar equipe técnica, equipamentos, materiais e demais recursos necessários à adequada prestação dos serviços.
5.3. Os serviços deverão ser executados de forma contínua e programada, conforme cronograma a ser validado pela CONTRATANTE, contemplando, no mínimo: Remoção de resíduos sólidos, lodo, algas e demais impurezas; limpeza de superfícies internas e externas das fontes ornamentais; tratamento e correção da qualidade da água, quando necessário; inspeção preventiva dos componentes hidráulicos aparentes; realização de manutenções preventivas e corretivas de baixa complexidade; utilização de mão de obra qualificada e fornecimento de materiais, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços.
5.4. A CONTRATADA deverá garantir que os serviços sejam executados de forma a não comprometer o funcionamento das fontes, minimizando interrupções e assegurando padrões adequados de segurança, higiene e conservação estética.
5.5. Recebimento provisório do objeto: Após a execução de cada ciclo de serviços ou intervenção programada, a CONTRATANTE realizará o recebimento provisório, no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação formal de conclusão pela CONTRATADA.
5.5.1. O recebimento provisório consistirá na verificação preliminar da execução dos serviços, especialmente quanto à conformidade com as especificações técnicas, podendo ser apontadas eventuais pendências, ajustes ou correções a serem realizadas pela CONTRATADA.
5.6. Recebimento definitivo do objeto: O recebimento definitivo dos serviços será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, após verificação conclusiva pela fiscalização da CONTRATANTE quanto ao atendimento integral das condições contratuais, ausência de inconformidades e plena adequação dos serviços executados.
5.6.1. Na hipótese de identificação de irregularidades ou inconformidades, o prazo para recebimento definitivo ficará suspenso até a completa correção das pendências pela CONTRATADA, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.
5.7. A CONTRATADA deverá manter equipe técnica disponível durante todo o período contratual, assegurando capacidade de resposta adequada às demandas de manutenção preventiva e corretiva, bem como eventuais intervenções emergenciais, quando solicitadas pela CONTRATANTE.
5.7.1. Ocorrências emergenciais: Aquelas que envolvam risco à segurança de pessoas, possibilidade de danos aos equipamentos ou estruturas, vazamentos relevantes, falhas elétricas ou interrupção integral do funcionamento da fonte, deverão receber atendimento presencial no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da comunicação formal da CONTRATANTE.
5.7.2. Ocorrências não emergenciais: Aquelas que não comprometam imediatamente a segurança, a integridade das estruturas ou o funcionamento essencial dos equipamentos deverão receber atendimento no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contadas da comunicação formal da CONTRATANTE.
5.7.3. Os prazos estabelecidos não afastam a obrigação da CONTRATADA de adotar imediatamente as medidas preventivas necessárias à mitigação de riscos e à preservação do patrimônio público.
5.8. A CONTRATADA será integralmente responsável pela inspeção, verificação, conservação, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos vinculados ao funcionamento das fontes ornamentais, abrangendo, no mínimo, bombas, quadros de comando, cabos, conexões, iluminação subaquática e/ou decorativa, dispositivos de proteção e demais componentes elétricos associados.

5.9. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços relacionados à parte elétrica sejam executados por profissionais devidamente qualificados e habilitados, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, em especial as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as disposições de segurança vigentes, de modo a garantir o funcionamento seguro, contínuo e eficiente dos equipamentos.

5.10. A manutenção elétrica deverá incluir a realização de inspeções periódicas, identificação de falhas, substituição de componentes defeituosos, verificação de cargas, testes de funcionamento e demais procedimentos necessários à prevenção de riscos, curtos-circuitos, falhas operacionais ou danos aos equipamentos e ao patrimônio público.

5.11. A CONTRATADA será responsável, ainda, por informar imediatamente à CONTRATANTE quaisquer ocorrências que possam comprometer a segurança ou o funcionamento do sistema elétrico das fontes, adotando as medidas corretivas cabíveis de forma tempestiva.

5.12. Eventuais intervenções de maior complexidade que envolvam adequações estruturais, ampliações ou substituições significativas do sistema elétrico não previstas no escopo contratual deverão ser previamente comunicadas e submetidas à autorização da CONTRATANTE, sem prejuízo da obrigação da CONTRATADA de adotar medidas emergenciais para mitigação de riscos e preservação do funcionamento do sistema.

5.13. A limpeza das fontes deverá ocorrer nos seguintes locais e períodos:

a) Fonte da Praça da Bandeira, preferencialmente entre segunda e terça feira (salvo em dias de eventos ou feriados);

b) Fonte da Praça Basílio Ceschin - R. Dr. Wolgrand Junqueira Ferreira, preferencialmente entre segunda e terça feira (salvo em dias de eventos ou feriados);

c) Piso da Fonte da Praça do Boulevard, preferencialmente entre segunda e terça feira (salvo em dias de evento ou feriados);

d) Fonte da Praça Gabriel Binati - Rua Coronel Ernesto de Oliveira, preferencialmente entre segunda e terça feira (salvo em dias de evento ou feriados);

e) Fonte da Praça Nossa Senhora de Lourdes - Praça Chiquita Junqueira Ferreira, preferencialmente entre segunda e terça feira (salvo em dias de evento ou feriados).

5.14. O não atendimento aos prazos e condições estabelecidos poderá ensejar aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

6 - MODELO DE GESTÃO

6.1. A gestão será realizada pela Secretaria Municipal de Compras e Licitações e a fiscalização será exercida pelo fiscal de contratos designado em conjunto com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do ajuste e de tudo dará ciência à Administração.

6.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

6.3. O fiscal da anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.4. Obrigações do Contratante

6.4.1. Rejeitar todo e qualquer produto que não atendam aos requisitos constantes nas especificações da planilha descritiva e deste Documento;

6.4.2. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido no Contrato e/ou Empenho.

6.4.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio do responsável pela secretaria e órgão demandante.

6.4.4. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas.

6.5. Obrigações da Contratada

6.5.1. A CONTRATADA executará os serviços de forma contínua, programada e/ou sob demanda, garantindo o pleno funcionamento e conservação das fontes ornamentais, observando padrões técnicos adequados de qualidade, segurança e eficiência, bem como as normas técnicas e ambientais aplicáveis.

6.5.2. A CONTRATADA deverá manter responsável técnico devidamente habilitado durante toda a execução contratual, com registro no conselho profissional competente, sendo responsável pela supervisão técnica dos serviços e emissão de ART ou documento equivalente quando exigido.

6.5.3. A CONTRATADA será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos e hidráulicos das fontes ornamentais, incluindo bombas, quadros de comando, cabos, iluminação, tubulações e demais componentes, devendo garantir seu pleno funcionamento e segurança operacional.

6.5.4. A CONTRATADA obriga-se a disponibilizar integralmente mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, veículos, insumos, produtos químicos e demais materiais necessários à execução dos serviços, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

6.5.5. A CONTRATADA deverá assegurar a destinação adequada dos resíduos gerados, utilizar produtos autorizados e ambientalmente seguros, e evitar qualquer tipo de contaminação ou dano ao meio ambiente, observando a legislação ambiental vigente.

6.5.6. A CONTRATADA deverá garantir padrão adequado de qualidade, incluindo limpeza completa, conservação estética, controle da qualidade da água e pleno funcionamento das fontes, devendo corrigir imediatamente quaisquer falhas identificadas.

6.5.7. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE quaisquer anomalias, falhas estruturais, elétricas ou hidráulicas identificadas, bem como situações que possam comprometer a segurança ou funcionamento das fontes.

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Em até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente à prestação dos serviços, será realizada a conferência da Nota Fiscal.

7.1.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da Nota Fiscal.

7.2. A Nota Fiscal não aprovada pela Secretaria Municipal de Compras e Licitações será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

7.3. A devolução da fatura não aprovada pela Secretaria Municipal de Compras e Licitações em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a execução dos serviços.

7.4. Havendo divergência ou erro na emissão da documentação fiscal, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da documentação fiscal.

7.5. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o aceite da Nota Fiscal, devidamente atestada e liquidada pela Secretaria, nos termos da Lei Federal n° 14.133/21.

7.6.1. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

7.6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

7.7. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é devido no Município Contratante, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116/03, portanto, esta Prefeitura Municipal, na qualidade de responsável tributária, deverá reter a quantia correspondente à alíquota adotada por esta municipalidade, sobre o valor da nota fiscal apresentada e recolher a respectiva importância.

7.8. Quando da emissão da nota fiscal, a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS", considerando-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, observando o disposto no Código Tributário Municipal.

7.9. O Contratante poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela Contratada nos termos deste contrato.

7.10. O Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se os serviços prestados não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

7.11. Não será admitido o pagamento antecipado para este objeto.

8 – FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item, adotando-se o modo de disputa ABERTO.

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado anual da contratação é de **R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)**, conforme custos unitários apurados pela pesquisa de preços, cujos valores estão apostos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	MÉDIA	TOTAL
1	Prestação de serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação de fontes ornamentais, incluindo a remoção de resíduos sólidos, lodo, algas e demais impurezas, limpeza de superfícies internas e externas, tratamento da água quando necessário, inspeção dos componentes hidráulicos aparentes e demais atividades correlatas, visando garantir o adequado funcionamento, a conservação estética e as condições sanitárias das fontes pertencentes ao patrimônio da contratante, com disponibilização de mão de obra e fornecimento de material compreendendo os seguintes serviços: • Retirada e esgotamento da água represada nas piscinas das fontes • Escovação das paredes internas e externas das fontes • Escovação e limpeza das peneiras do filtro das bombas • Limpeza dos reservatórios das fonts • Limpeza das grelhas das caixas coletoras de retorno • Assepsia correta dos bicos das fontes de água • Acompanhamento do nível de água das piscinas das fontes de forma semanal. • Realização da cloração dos reservatórios para desinfecção da água e das fontes. • Relatar qualquer intercorrência nos motores bombas e do filtro das mesmas. • Limpeza e manutenção das seguintes fontes localizadas no Município de Águas da Prata: Praça da Bandeira, Praça Basílio Ceschin - R. Dr. Wolgrand Junqueira Ferreira, Piso da Fonte da Praça do Boulevard, Praça Gabriel Binati - Rua Coronel Ernesto de Oliveira, Praça Nossa Senhora de Lourdes - Praça Chiquita Junqueira Ferreira.	MÊS	12		

9.2. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e demais requisitos legais.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas referentes ao presente objeto serão custeadas por recursos oriundos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e atendidas pelas dotações orçamentárias constantes no processo administrativo da dispensa de licitação.

Águas da Prata-SP, 19 de outubro de 2026.

Fábio Dias de Lima
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CNTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CONSERVAÇÃO DE FONTES ORNAMENTAIS, INCLUINDO A REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LODO, ALGAS E DEMAIS IMPUREZAS, LIMPEZA DE SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS, TRATAMENTO DA ÁGUA QUANDO NECESSÁRIO, INSPEÇÃO DOS COMPONENTES HIDRÁULICOS APARENTES E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO, A CONSERVAÇÃO ESTÉTICA E AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS FONTES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA CONTRATANTE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21

1. ÁREA REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

2.1. A equipe que ficará responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de todas as etapas deste ETP é formada por agentes públicos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, sendo o(s) seguinte(s):

1. Fábio Dias de Lima - Secretário Municipal

2.2. Não houve portaria de nomeação.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A presente contratação tem por finalidade assegurar a adequada conservação, funcionamento e manutenção das fontes ornamentais pertencentes ao patrimônio da Contratante, mediante a prestação de serviços especializados de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As fontes ornamentais constituem elementos paisagísticos e arquitetônicos de relevante valor estético, cultural e ambiental, contribuindo para a valorização dos espaços públicos, para o embelezamento urbano e para a promoção do bem-estar da população. Além de sua função decorativa, tais estruturas demandam manutenção contínua e especializada para garantir seu adequado funcionamento e preservar suas características originais.

A ausência ou insuficiência de serviços regulares de limpeza e conservação favorece o acúmulo de resíduos sólidos, folhas, poeira, lodo, algas e outros materiais orgânicos, comprometendo não apenas a aparência das fontes, mas também o desempenho de seus sistemas hidráulicos e de recirculação. Tais condições podem ocasionar entupimentos, redução da vida útil dos equipamentos, proliferação de microrganismos, odores desagradáveis e degradação dos componentes estruturais, gerando custos mais elevados com reparos corretivos e recuperação dos sistemas.

Sob o aspecto sanitário, a manutenção periódica é imprescindível para evitar a deterioração da qualidade da água e a formação de ambientes propícios à proliferação de vetores e agentes biológicos potencialmente nocivos à saúde pública. A limpeza regular, associada ao tratamento adequado da água quando necessário, contribui para a preservação das condições higiênico-sanitárias das instalações, reduzindo riscos à população e aos servidores que frequentam os espaços onde as fontes estão instaladas.

Cumpre destacar que já existia contratação formalizada para a execução dos serviços de limpeza e manutenção de fontes ornamentais, por meio da Dispensa de Licitação nº 30/2024, contemplando exclusivamente as fontes localizadas na Praça da Bandeira e na Praça Basílio Ceschin.

Entretanto, a referida contratação não abrangia as fontes localizadas na Praça Gabriel Binati e na Praça Nossa Senhora de Lourdes, uma vez que tais estruturas não se encontravam em operação à época da formalização da contratação anterior. Com a investidura da nova gestão municipal no exercício de 2025, foram adotadas medidas para recuperação, ativação e funcionamento dessas duas fontes ornamentais, ampliando a demanda pelos serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação.

Diante da inclusão de dois novos locais de prestação dos serviços, verificou-se que a ampliação do objeto originalmente contratado poderia ultrapassar os limites legalmente admitidos para alterações contratuais, bem como comprometer os pressupostos que fundamentaram a contratação direta realizada por meio da Dispensa de Licitação nº 30/2024. Ademais, considerando o acréscimo substancial da demanda, a realização de nova contratação mostra-se mais adequada sob os aspectos técnico, administrativo e jurídico.

Assim, em observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência e segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021, a Administração entendeu ser mais adequado promover a abertura de novo processo de contratação, contemplando de forma integral todas as fontes ornamentais atualmente em funcionamento e sob responsabilidade do Município, quais sejam: Praça da Bandeira, Praça Basílio Ceschin, Praça Gabriel Binati e Praça Nossa Senhora de Lourdes.

A contratação de empresa especializada mostra-se necessária em razão da natureza técnica dos serviços, que exigem mão de obra qualificada, equipamentos adequados, materiais específicos e procedimentos apropriados para a execução das atividades de limpeza, higienização, conservação e inspeção dos componentes hidráulicos aparentes. Ademais, a execução inadequada desses serviços pode ocasionar danos às estruturas, aos revestimentos e aos equipamentos que compõem os sistemas das fontes ornamentais.

Ressalta-se, ainda, que a Administração não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica especializada, equipamentos e insumos suficientes para realizar de forma contínua, eficiente e segura todas as atividades necessárias à manutenção das fontes ornamentais, tornando a contratação de empresa especializada a alternativa mais vantajosa e adequada para o atendimento da demanda.

A contratação também encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e preservação do patrimônio público, uma vez que a manutenção preventiva periódica reduz significativamente a ocorrência de falhas, avarias e intervenções corretivas de maior complexidade e custo. Dessa forma, promove-se a conservação dos bens públicos, garantindo sua funcionalidade, segurança e durabilidade.

A adoção dessa medida permitirá a adequada cobertura contratual de todos os locais que demandam manutenção periódica, garantindo a uniformidade dos serviços prestados, a correta estimativa dos quantitativos necessários, a observância dos limites legais aplicáveis às contratações públicas e a preservação das condições estéticas, operacionais e sanitárias das fontes ornamentais integrantes do patrimônio público municipal.

Considerando que a necessidade dos serviços é contínua e permanente, em razão do funcionamento ininterrupto das fontes ornamentais e da constante exposição às condições climáticas e ambientais, a contratação pelo período de 12 (doze) meses mostra-se adequada para assegurar a execução regular das atividades previstas, possibilitando o planejamento operacional e a manutenção dos padrões de qualidade exigidos.

Por fim, a possibilidade de prorrogação contratual, observados os requisitos e limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza continuada dos serviços, cuja interrupção poderia comprometer a conservação das fontes ornamentais, a preservação do patrimônio público e as condições adequadas de funcionamento e salubridade das instalações.

Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade e a conveniência da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação das fontes ornamentais localizadas na Praça da Bandeira, Praça Basílio Ceschin, Praça Gabriel Binati e Praça Nossa Senhora de Lourdes, de modo a assegurar a adequada preservação do patrimônio público, a manutenção das condições sanitárias e estéticas das estruturas e o pleno atendimento ao interesse público.

4. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

4.1. O Município de Águas da Prata não criou seu Plano de Contratação Anual.

5. DESCRIÇÃO DE REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.2.1.1. A depender do modo de constituição da empresa deverá ser apresentado:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Em se tratando de sociedade cooperativa, ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;

5.2.1.1. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF.

b) Prova de inscrição municipal relativo ao domicílio do proponente;

c) Comprovação de Regularidade perante as Fazendas:

c.1) Federal - através de Certidão de regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (Certidão nos termos do Decreto Nº 8.302, de 4 de setembro de 2014 e/ou nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014).

c.2) Estadual - através de Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do proponente.

c.3) Municipal - certidão dos Tributos Mobiliários relativos ao domicílio ou sede do proponente.

d) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) perante o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS e o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS, com prazo válido.

d.1) Quanto à certidão de Regularidade Fiscal perante o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), em substituição da mesma, será aceita certidão de regularidade de tributos Federais (subitem **c.1.)** que abranja, inclusive, as contribuições sociais, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

e) Prova de regularidade trabalhista, através de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (ou positiva com efeitos de negativa), dentro do seu prazo de validade.

f) Declaração quanto ao cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

5.2.1.2. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.2.1.2.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.2.1.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.2.1.2.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

5.2.1.2.1.1. Comprovação de qualificação operacional da empresa na execução do objeto de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, no(s) qual(ais) se indique(m) a aquisição compatível em quantidades, características e prazos.

5.2.1.2.1.2. Registro ou inscrição da pessoa jurídica na entidade profissional competente, qual seja, CREA, com validade na data da realização da Dispensa Eletrônica, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais.

5.2.1.2.1.3. Declaração elaborada pelo participante indicando o profissional técnico, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados, bem como a comprovação de que o mesmo faz parte do quadro permanente da empresa participante.

5.2.1.2.1.3. A comprovação do vínculo profissional dar-se-á mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, na data fixada para a apresentação das propostas, conforme Súmula 25 do TCESP.

5.2.1.2.1.4. Registro do profissional técnico indicado na entidade profissional competente, dentro do prazo de validade.

5.3. SUBCONTRATAÇÃO

5.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.4.1. Considerando a discricionariedade da Administração, e tendo em vista que não se trata de contratação vultuosa ou complexa, não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

6.1. São estimadas as seguintes quantidades, com base nos levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos desta Prefeitura Municipal:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
01	Prestação de serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação de fontes ornamentais, incluindo a remoção de resíduos sólidos, lodo, algas e demais impurezas, limpeza de superfícies internas e externas, tratamento da água quando necessário, inspeção dos componentes hidráulicos aparentes e demais atividades	MÊS	12

	correlatas, visando garantir o adequado funcionamento, a conservação estética e as condições sanitárias das fontes pertencentes ao patrimônio da contratante, com disponibilização de mão de obra e fornecimento de material compreendendo os seguintes serviços: • Retirada e esgotamento da água represada nas piscinas das fontes • Escovação das paredes internas e externas das fontes • Escovação e limpeza das peneiras do filtro das bombas • Limpeza dos reservatórios das fonts • Limpeza das grelhas das caixas coletoras de retorno • Assepsia correta dos bicos das fontes de água • Acompanhamento do nível de água das piscinas das fontes de forma semanal. • Realização da cloração dos reservatórios para desinfecção da água e das fontes. • Relatar qualquer intercorrência nos motores bombas e do filtro das mesmas. • Limpeza e manutenção das seguintes fontes localizadas no Município de Águas da Prata: Praça da Bandeira, Praça Basílio Ceschin - R. Dr. Wolgrand Junqueira Ferreira, Piso da Fonte da Praça do Boulevard, Praça Gabriel Binati - Rua Coronel Ernesto de Oliveira, Praça Nossa Senhora de Lourdes - Praça Chiquita Junqueira Ferreira.		

6.2. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente, encontrada no mercado (Art. 6º, XLI da Lei 14.133/2021).
6.3. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e demais requisitos legais.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento das soluções disponíveis no mercado aptas a atender à necessidade administrativa de manutenção das fontes ornamentais pertencentes ao patrimônio do Município.

Durante a fase de planejamento foram analisadas as alternativas passíveis de adoção pela Administração, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de interesse público, sendo identificadas as seguintes possibilidades:

a) Execução direta pela Administração Municipal

A primeira alternativa analisada consistiu na execução dos serviços por servidores e equipes próprias da Administração.

Entretanto, verificou-se que esta solução não se mostra viável, uma vez que o Município não dispõe de quadro técnico especializado para execução dos serviços, tampouco possui equipamentos específicos, ferramentas, materiais, produtos químicos e estrutura operacional necessária para realizar, de forma contínua e segura, a limpeza, higienização, tratamento da água e manutenção preventiva das fontes ornamentais.

Além disso, eventual estruturação de equipe própria demandaria a aquisição de equipamentos, insumos, treinamento de pessoal, disponibilidade permanente de servidores e criação de rotina específica de manutenção, acarretando elevados custos de implantação e manutenção, sem que houvesse ganho de eficiência em relação à contratação especializada.

b) Contratação de serviços sob demanda

Também foi considerada a possibilidade de contratação eventual dos serviços, mediante acionamentos apenas quando constatada a necessidade de limpeza ou quando ocorressem falhas no funcionamento das fontes.

Todavia, essa alternativa mostrou-se inadequada, pois privilegia ações corretivas em detrimento da manutenção preventiva. A ausência de cronograma periódico favorece o acúmulo de resíduos, proliferação de algas, deterioração dos componentes hidráulicos, comprometimento da qualidade da água e desgaste prematuro das estruturas, aumentando significativamente os custos futuros de recuperação.

Além disso, contratações esporádicas geram maior custo administrativo, exigindo repetidas instruções processuais e reduzindo a eficiência da gestão contratual.

c) Contratação de empresa especializada para prestação continuada dos serviços

A terceira alternativa consiste na contratação de empresa especializada para prestação contínua dos serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação das fontes ornamentais, compreendendo o fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas, produtos de limpeza, insumos e todos os recursos necessários à execução integral do objeto.

Após análise das soluções disponíveis, esta alternativa revelou-se a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

A especialização da empresa contratada proporciona maior qualidade na execução dos serviços, reduz a ocorrência de falhas operacionais, preserva as características estéticas das fontes ornamentais, prolonga a vida útil das estruturas e minimiza a necessidade de intervenções corretivas de elevado custo.

Sob o aspecto econômico, a manutenção preventiva periódica apresenta melhor relação custo-benefício quando comparada aos gastos decorrentes da recuperação de estruturas deterioradas, substituição de componentes hidráulicos e execução de serviços emergenciais.

A contratação continuada também proporciona maior previsibilidade orçamentária, estabilidade na prestação dos serviços, otimização da fiscalização contratual e redução dos custos administrativos relacionados à realização de sucessivos procedimentos licitatórios.

Adicionalmente, considerando tratar-se de serviço de natureza contínua, cuja necessidade permanece ao longo do tempo, a previsão de vigência inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, revela-se compatível com o interesse público, permitindo a manutenção da vantajosidade da contratação, desde que comprovadas a adequação dos preços praticados no mercado e a satisfatória execução contratual.

Conclusão do levantamento de mercado

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada constitui a solução mais vantajosa para a Administração Municipal, por reunir maior eficiência técnica, melhor relação custo-benefício, continuidade da prestação dos serviços e adequada preservação do patrimônio público.

A solução escolhida elimina a necessidade de investimentos permanentes em estrutura própria, evita a interrupção dos serviços, assegura a execução por profissionais capacitados e possibilita a realização de manutenção preventiva periódica, reduzindo despesas futuras com reparos corretivos e substituição de equipamentos.

Assim, verifica-se que a solução adotada atende plenamente ao interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e boa gestão dos recursos públicos, apresentando-se como a alternativa mais vantajosa para o Município sob os aspectos técnico, operacional, financeiro e administrativo.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, acompanha o presente Termo de Referência.

8.2. Assim, a estimativa total da contratação resulta em **R$64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).**

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação das fontes ornamentais pertencentes ao patrimônio da Contratante, mediante disponibilização de mão de obra qualificada e fornecimento de todos os materiais, produtos, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à completa execução dos serviços, pelo período inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, desde que presentes os requisitos previstos nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação contempla uma solução integrada, destinada a garantir o adequado funcionamento, a conservação física e estética das estruturas, bem como a manutenção das condições sanitárias das fontes ornamentais, abrangendo todas as atividades necessárias para sua operação regular e preservação ao longo da vigência contratual.

Os serviços deverão ser executados de forma preventiva, periódica e programada, observando cronograma previamente estabelecido pela Administração, bem como poderão ser realizados de forma corretiva sempre que identificada a necessidade de intervenção para restabelecimento das condições normais de funcionamento e conservação das fontes.

A solução compreenderá, entre outras atividades correlatas:

- limpeza completa das superfícies internas e externas das fontes ornamentais;
- remoção de folhas, areia, resíduos sólidos, sedimentos, lodo, algas e demais impurezas acumuladas;
- higienização das estruturas e reservatórios;
- tratamento da água, sempre que necessário, mediante utilização de produtos compatíveis com a finalidade do sistema;
- inspeção visual dos componentes hidráulicos aparentes, visando identificar desgastes, obstruções, vazamentos ou outras ocorrências que possam comprometer o funcionamento das fontes;
- limpeza dos dispositivos de circulação da água e demais componentes aparentes integrantes do sistema;
- descarte ambientalmente adequado dos resíduos provenientes da execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente;
- fornecimento integral de mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios, materiais de limpeza, produtos químicos, equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais insumos indispensáveis à perfeita execução contratual.

A empresa contratada deverá empregar profissionais devidamente capacitados, observando as normas técnicas aplicáveis, as normas de saúde e segurança do trabalho e a legislação ambiental pertinente, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços executados e pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança relacionadas aos seus empregados.

A solução foi concebida de forma a transferir à contratada toda a responsabilidade operacional pela execução dos serviços, cabendo à Administração exercer a fiscalização contratual quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, à qualidade dos serviços prestados e à observância dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos no Termo de Referência.

A contratação continuada mostra-se adequada em razão da natureza permanente da necessidade administrativa, considerando que as fontes ornamentais permanecem em funcionamento durante todo o ano e estão continuamente sujeitas ao acúmulo de resíduos, proliferação de algas, desgaste natural dos componentes e demais fatores decorrentes da exposição às intempéries e da utilização dos espaços públicos.

A adoção dessa solução proporciona diversos benefícios à Administração Pública, dentre os quais destacam-se:

- preservação do patrimônio público municipal;

- manutenção da funcionalidade e da vida útil das fontes ornamentais;
- conservação da qualidade estética dos espaços públicos;
- melhoria das condições sanitárias dos equipamentos urbanos;
- prevenção de falhas operacionais e de danos estruturais;
- redução da necessidade de intervenções corretivas de maior custo;
- racionalização dos gastos públicos mediante a adoção de manutenção preventiva;
- maior previsibilidade orçamentária e continuidade da prestação dos serviços;
- execução dos serviços por empresa especializada, com utilização de técnicas, equipamentos e produtos adequados.

Assim, a solução proposta atende integralmente à necessidade identificada pela Administração, apresentando-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa, garantindo a conservação das fontes ornamentais, a adequada utilização dos recursos públicos e a observância dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e preservação do patrimônio público previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Após avaliação das características dos serviços, concluiu-se que não se mostra técnica nem economicamente recomendável o parcelamento do objeto, razão pela qual a contratação será realizada em item único, cuja unidade de medida será mês, compreendendo a prestação continuada dos serviços em todas as fontes ornamentais relacionadas no Termo de Referência e no Documento de Formalização de Demanda.

Embora os serviços sejam executados em diferentes locais pertencentes ao patrimônio da Contratante, todos possuem natureza homogênea e estão diretamente relacionados à mesma finalidade, qual seja, a limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação das fontes ornamentais. Trata-se de serviços que demandam padronização de procedimentos, utilização dos mesmos equipamentos, produtos, técnicas de execução e critérios de fiscalização, evidenciando sua estreita correlação técnica e operacional.

A eventual divisão do objeto em diversos itens, por local de execução ou por tipo de atividade, acarretaria a possibilidade de contratação de múltiplas empresas para a execução de serviços idênticos, resultando em aumento da complexidade da gestão contratual, necessidade de fiscalização simultânea de diversos contratos, maior dificuldade na coordenação das atividades e potencial comprometimento da uniformidade dos padrões de qualidade exigidos pela Administração.

Além disso, a fragmentação do objeto poderia gerar sobreposição de responsabilidades entre diferentes contratadas, dificultando a identificação da responsabilidade por eventuais falhas na execução, especialmente nas atividades de manutenção preventiva e inspeção dos componentes hidráulicos aparentes, que devem ser realizadas de forma integrada.

Sob o aspecto econômico, a contratação em item único proporciona ganhos de escala, maior eficiência logística, otimização do deslocamento das equipes, melhor aproveitamento dos equipamentos e materiais empregados na execução dos serviços, além de reduzir custos administrativos relacionados ao gerenciamento, acompanhamento e fiscalização contratual.

A adoção de item único também favorece a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que possibilita às licitantes dimensionar adequadamente seus custos operacionais, administrativos e logísticos, refletindo em maior competitividade e melhor relação custo-benefício para o Município.

Importante destacar que a opção pela contratação em item único não restringe indevidamente a competitividade do certame, tendo em vista que o objeto possui natureza comum, é amplamente executado por empresas especializadas no mercado e pode ser integralmente atendido por fornecedores que atuam no segmento de limpeza, conservação e manutenção de fontes ornamentais.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em item único representa a solução mais adequada ao interesse público, assegurando maior eficiência na execução dos serviços, padronização dos procedimentos, simplificação da gestão

contratual, otimização da fiscalização e melhor aproveitamento dos recursos públicos, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, previstos na Lei nº 14.133/2021.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação das fontes ornamentais tem como objetivo assegurar a adequada preservação do patrimônio público municipal, garantindo que esses equipamentos permaneçam em perfeitas condições de funcionamento, conservação, higiene e apresentação estética durante toda a vigência contratual.

Com a implementação da solução proposta, pretende-se estabelecer uma rotina contínua de manutenção preventiva, reduzindo significativamente a ocorrência de falhas operacionais, o acúmulo de resíduos sólidos, lodo, algas e demais impurezas, bem como prevenindo a deterioração precoce das estruturas e dos componentes hidráulicos aparentes das fontes ornamentais.

Os principais resultados esperados com a contratação são:

- garantir o adequado funcionamento das fontes ornamentais, preservando suas características operacionais e estéticas;
- manter as condições sanitárias da água e das estruturas, reduzindo a proliferação de algas, microrganismos, odores desagradáveis e demais fatores que comprometam a salubridade dos espaços públicos;
- preservar o patrimônio público municipal, prolongando a vida útil das estruturas, equipamentos e componentes que integram as fontes ornamentais;
- reduzir a necessidade de intervenções corretivas emergenciais e de alto custo, por meio da execução sistemática de serviços de manutenção preventiva;
- assegurar a padronização dos procedimentos de limpeza, conservação e inspeção, proporcionando maior qualidade na prestação dos serviços;
- promover a valorização paisagística e urbanística dos espaços públicos, contribuindo para a melhoria da imagem do Município perante a população e os visitantes;
- proporcionar maior eficiência na gestão dos recursos públicos, mediante a adoção de solução preventiva, economicamente mais vantajosa do que a realização de reparos corretivos decorrentes da ausência de manutenção periódica;
- assegurar a continuidade da prestação dos serviços, evitando a degradação das fontes ornamentais e a interrupção de seu funcionamento;
- otimizar a atuação da Administração Municipal, permitindo que os recursos humanos próprios permaneçam dedicados às atividades institucionais, enquanto os serviços especializados são executados por empresa tecnicamente capacitada.

Além dos benefícios operacionais, a contratação contribuirá para a melhoria da eficiência administrativa, da economicidade e da gestão patrimonial, uma vez que a manutenção preventiva reduz custos futuros com substituição de equipamentos, recuperação estrutural e contratações emergenciais.

Espera-se, ainda, que a execução contratual ocorra com elevados padrões de qualidade, observando as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, as normas de segurança do trabalho, a legislação ambiental aplicável e as boas práticas de conservação de equipamentos hidráulicos ornamentais.

Dessa forma, os resultados pretendidos encontram-se alinhados aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade dos serviços públicos e preservação do patrimônio público, previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando que os recursos públicos sejam empregados de forma racional e que as fontes ornamentais permaneçam em condições adequadas de uso, funcionamento e conservação ao longo de toda a vigência da contratação.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO

12.1. Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal (como treinamento de Gestores e Fiscais de Contrato), procedimental ou regimental.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. A Prefeitura da Estância Hidromineral de Águas da Prata não possui contratações correlatas ou interdependentes aqui demandada, no momento presente.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) Embalagens constituídas, sempre que possível, por material reciclado, atóxico, biodegradável e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada;

b) Observância das Normas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;

c) Os produtos provenientes de madeira (como o papel dos impressos e embalagens) devem ser fabricados com matéria prima oriunda de fontes de manejo sustentável;

d) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

e) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

f) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

g) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem/do serviço;

h) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

i) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados no serviço.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Considerando a existência de fornecedores dos serviços relacionados, com base na Pesquisa de Preços e a real necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos desta Prefeitura Municipal, esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** a contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Águas da Prata-SP, 19 de outubro de 2026.

Fábio Dias de Lima
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/26

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 022/26

Fornecedor:
Endereço: **Bairro:**
Cidade: **Estado:**
C.E.P.: **Telefone:**
CNPJ/CPF Nº: **Inscr. Municipal:**
Inscr. Estadual:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CONSERVAÇÃO DE FONTES ORNAMENTAIS, INCLUINDO A REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LODO, ALGAS E DEMAIS IMPUREZAS, LIMPEZA DE SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS, TRATAMENTO DA ÁGUA QUANDO NECESSÁRIO, INSPEÇÃO DOS COMPONENTES HIDRÁULICOS APARENTES E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO, A CONSERVAÇÃO ESTÉTICA E AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS FONTES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA CONTRATANTE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21.

ITEM	OBJETO	QUANT.	UNID.DE MEDIDA	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	Conforme descritivo e condições do Termo de Referência	12	Mês	R$ 5.333,33	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$_____ (_____)

1 - Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

2 - Declaro que os valores ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta, incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, ferramentas, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

3 - Demais condições: de acordo com o Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

Local, em ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante

Nome do representante:
RG do representante:
Telefone: **e-mail:**

Anexo III – Modelo de Declaração

A empresa _____inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).____, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº _____, para fins de participação na Dispensa Eletrônica n° 022/26, Processo Administrativo n° 058/26, da Prefeitura Municipal de Águas da Prata, DECLARA:

1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, encontrando-se em situação regular no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo administrativo, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
5) que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 63, inc. IV da Lei n° 14.133/21.
7) Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49 (aplicável a ME/EPP).

Local, em ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante

Anexo IV – Minuta do Contrato

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CONSERVAÇÃO DE FONTES ORNAMENTAIS, INCLUINDO A REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LODO, ALGAS E DEMAIS IMPUREZAS, LIMPEZA DE SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS, TRATAMENTO DA ÁGUA QUANDO NECESSÁRIO, INSPEÇÃO DOS COMPONENTES HIDRÁULICOS APARENTES E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO, A CONSERVAÇÃO ESTÉTICA E AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS FONTES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA CONTRATANTE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ÁGUAS DA PRATA E A EMPRESA ..... .

Pelo presente instrumento, os abaixo-assinados, de um lado o Município da Estância Hidromineral de Águas da Prata, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 44.831.733/0001-43, com sede na Avenida Washington Luiz, nº 485, Centro, CEP: 13.890-000, Águas da Prata, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. Carlos Henrique Fortes Dezena**, brasileiro, estado civil, portador do RG n.º ****** e CPF n.º ******, residente e domiciliado à *******, em Águas da Prata/SP, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa ********, CNPJ nº ***, com endereço na cidade de ****, neste ato representada por seu Representante Legal, ****,** doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n° 3.240/24 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, têm entre si, justo e avençado, celebram por força do presente Instrumento o **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, decorrente da Dispensa de Licitação nº 022/26, **Processo Administrativo nº 058/26,** mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CONSERVAÇÃO DE FONTES ORNAMENTAIS, INCLUINDO A REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LODO, ALGAS E DEMAIS IMPUREZAS, LIMPEZA DE SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS, TRATAMENTO DA ÁGUA QUANDO NECESSÁRIO, INSPEÇÃO DOS COMPONENTES HIDRÁULICOS APARENTES E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO, A CONSERVAÇÃO ESTÉTICA E AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DAS FONTES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA CONTRATANTE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21**, a ser executado pelo regime de empreitada por preço unitário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência que compõe o Processo Administrativo nº 058/26, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

1.1.1. A execução do objeto deverá atingir o fim que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

1.1.2. O presente decorre de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2.1. Para a Prestação de Serviços objeto deste Contrato, fica ajustado o valor total de R$____ (_____), conforme abaixo discriminado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de limpeza, higienização, manutenção preventiva e conservação de fontes ornamentais, incluindo a remoção de resíduos	MÊS	12		

	sólidos, lodo, algas e demais impurezas, limpeza de superfícies internas e externas, tratamento da água quando necessário, inspeção dos componentes hidráulicos aparentes e demais atividades correlatas, visando garantir o adequado funcionamento, a conservação estética e as condições sanitárias das fontes pertencentes ao patrimônio da contratante, com disponibilização de mão de obra e fornecimento de material compreendendo os seguintes serviços: • Retirada e esgotamento da água represada nas piscinas das fontes • Escovação das paredes internas e externas das fontes • Escovação e limpeza das peneiras do filtro das bombas • Limpeza dos reservatórios das fontes • Limpeza das grelhas das caixas coletoras de retorno • Assepsia correta dos bicos das fontes de água • Acompanhamento do nível de água das piscinas das fontes de forma semanal. • Realização da cloração dos reservatórios para desinfecção da água e das fontes. • Relatar qualquer intercorrência nos motores bombas e do filtro das mesmas. • Limpeza e manutenção das seguintes fontes localizadas no Município de Águas da Prata: Praça da Bandeira, Praça Basílio Ceschin - R. Dr. Wolgrand Junqueira Ferreira, Piso da Fonte da Praça do Boulevard, Praça Gabriel Binati - Rua Coronel Ernesto de Oliveira, Praça Nossa Senhora de Lourdes - Praça Chiquita Junqueira Ferreira.				

2.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
2.2.1. As despesas referentes ao presente Contrato serão custeadas por recursos próprios e atendidas pelas dotações orçamentárias:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SECRETARIA	FONTE DOS RECURSOS
021702.15.452.9029.2401.0000.3.3.90.39.00	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Próprios

2.3. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando o Contratante obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
3.1.1. A prorrogação de que trata este subitem poderá ser realizada sucessivamente, dentro dos limites legais, desde que:
3.1.1.1. A Contratada mantenha as condições de habilitação;
3.1.1.2. A Contratada haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações;
3.1.1.3. A pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, permitida a negociação com o Contratado;
3.1.1.4. A autoridade competente ateste que as condições e preços permanecem vantajosos;
3.1.1.5. Haja manifestação expressa do Contratado informando interesse na prorrogação.

3.2. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
3.3. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências da sua aplicação.
3.4. O contratado poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem 3.1, desde que o faça mediante documento escrito em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.
3.5. O contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE
4.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, qual seja, 11/08/2026.
4.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) do período, ou outro que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
4.2.1. O reajuste de que trata o subitem anterior somente não será realizado caso a Contratada, expressamente, abdique da sua aplicação.
4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
4.8. O reajuste será formalizado por apostilamento.
4.9. O protocolo de pedido de equilíbrio econômico-financeiro não exime a Contratada da responsabilidade do cumprimento do contrato, nem promove suspensão de obrigações pactuadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
5.1. A execução dos serviços deverá ter início com o recebimento da ordem de serviço e se dará de acordo com os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência – **Anexo I** do Aviso de Dispensa nº 022/26.
5.2. O descumprimento dos prazos e condições especificados no Termo de Referência – **Anexo I** do Aviso de Dispensa nº 022/26 ensejará a aplicação das penalidades previstas na cláusula décima primeira do presente contrato.
5.3. Eventuais pedidos de prorrogação do prazo de execução dos serviços deverão ser protocolados, antes do vencimento dos prazos, devidamente justificados pela Contratada, para serem submetidos à apreciação da Secretaria Requisitante, o qual será o responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela Contratada.
5.3.1. Os pedidos de prorrogação deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:
a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução previstas na Ordem de Serviços;
b) Impedimento de execução do prazo por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.
5.3.2. Na análise da documentação apresentada, poderá a Secretaria Requisitante solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto a sites ou outros meios.
5.3.3. Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de execução ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.
5.3.4. A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de execução, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo de execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO CONTRATUAL

6.1. Gestão do contrato:

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. O gestor do contrato, nos termos do Decreto Municipal n° 3.240/2024, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando parecer técnico com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.1.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.1.6. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.1.7. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.2. Fiscalização:

6.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato da Prefeitura Municipal de Águas da Prata (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.2.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, nos termos do Decreto Municipal n° 3.240/2024, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.2.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.2.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.2.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.2.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.2.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.3. Fica designado (a) o(a) servidor(a) Mirian Araújo de Souza como gestor(a) deste contrato e o(a) servidor(a) Arthur Vieira Frayha como fiscal deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO

Do Recebimento

7.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato, serão observadas as disposições do **Anexo I – Termo de Referência do Aviso de Dispensa nº 022/26** e, no que couber, as disposições contidas no artigo 140 da Lei n° 14.133/21.

7.2. A prestação dos serviços será recebida:

7.2.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, e;

7.2.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências constantes do contrato e demais anexos que integram o Aviso de Dispensa de Licitação.

7.2.3. A prestação dos serviços poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos/corrigidas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.4. Caso a irregularidade da prestação de serviços seja relativa à diferença de quantidade ou de partes, o Contratante determinará sua complementação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.2.5. O atraso na substituição ou complementação acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação de penalidades.

7.2.6. A prestação dos serviços será recebida definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com o estipulado no Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.2.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.2.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto da presente contratação.

Da Medição

7.3. O Contratante solicitará à Contratada, na hipótese de incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da Nota Fiscal.

7.4. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurado da seguinte forma:

7.4.1. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis à Contratada.

7.4.2. A realização dos descontos indicados no subitem anterior não prejudica a aplicação de sanções à Contratada, em razão de descumprimento que esteja configurado.

7.5. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, bem como da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a qual poderá ser constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, o Contratante atestará a medição, comunicando a Contratada, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Em até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente à prestação dos serviços, será realizada a conferência da Nota Fiscal.

8.1.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da Nota Fiscal.

8.2. A Nota Fiscal não aprovada pela Secretaria requisitante será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 8.1, a partir da data de sua reapresentação.

8.3. A devolução da fatura não aprovada pela Secretaria requisitante em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a execução dos contratados.

8.4. Havendo divergência ou erro na emissão da documentação fiscal, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da documentação fiscal.

8.5. Nas Notas Fiscais emitidas deverá constar, obrigatoriamente, o número da Dispensa de Licitação nº 022/26 e deste contrato.

8.6. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em até 30 (trinta) dias úteis, após o adimplemento da obrigação Contratada, uma vez verificado o atendimento integral das especificações do objeto.

8.6.1. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

8.6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

8.7. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é devido no Município Contratante, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116/03, portanto, esta Prefeitura Municipal, na qualidade de

responsável tributária, deverá reter a quantia correspondente à alíquota aplicável a este Município sobre o valor da nota fiscal apresentada e recolher a respectiva importância.

8.8. Quando da emissão da nota fiscal, a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS", considerando-se o disposto no Código Tributário Municipal.

8.9. O Contratante poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela Contratada nos termos deste contrato.

8.10. O Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se os serviços prestados não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

8.11. Não será admitido o pagamento antecipado para este objeto.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada se obriga a cumprir fielmente e de forma regular as cláusulas contratuais, especificações e prazos, bem como atender as determinações legais e regulares da Secretaria requisitante.

9.2. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não ficando excluída ou reduzida esta responsabilidade pelo fato da fiscalização ou acompanhamento da execução pelo órgão interessado.

9.2.1. A Contratada é responsável integralmente em atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante.

9.3. A Contratada é responsável por não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21.

9.4. A Contratada é responsável por cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

9.4.1. A Contratada é responsável por comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, nos termos do art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/21.

9.5. A Contratada é responsável por prestar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

9.6. A Contratada responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.7. A Contratada é responsável integralmente para com a execução do objeto do presente contrato, nos termos da legislação em vigor, sendo que a presença da fiscalização do Contratante não diminui ou exclui essa responsabilidade.

9.8. A Contratada deverá fornecer, sempre que necessário e requerido, quaisquer documentos adicionais para fins de fiscalização.

9.9. A Contratada obriga-se, ainda, a:

9.9.1. Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação com a Administração Pública, em conformidade com a Lei nº 14.133/21;

9.9.2. Assumir todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal necessário ao atendimento do objeto do presente Instrumento, inclusive assumindo a responsabilidade pelo atendimento de encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e, inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada;

9.9.3. Zelar e garantir a boa qualidade da prestação dos serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

9.9.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, nos prazos e condições explicitadas na cláusula sétima, às suas expensas, no total ou em parte, a prestação dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

9.9.5. Responsabilizar-se por todos os tributos devidos em decorrência da execução dos serviços contratados;

9.9.6. Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas relacionadas aos empregados que participem da execução do objeto contratual.

9.9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência deste contrato.

9.9.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do Contratante, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.10. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/21.

9.11. Garantir o cumprimento das disposições relacionadas à disciplina de proteção dedados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

9.12. Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência – **Anexo I** do Aviso de Dispensa de Licitação nº 022/26.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. O Contratante obriga-se a:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

10.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

10.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados e recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

10.1.5. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado Gestor do Contrato.

10.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente aos serviços prestados, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

10.1.7. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa executar os serviços, por meio dos seus empregados, dentro das normas do Contrato.

10.1.8. Propiciar acesso aos empregados da Contratada às suas dependências para a execução do objeto.

10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos, necessários à execução do objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.

10.1.10. Notificar, por escrito, à Contratada sobre toda e qualquer irregularidade ou ocorrência relacionada com a prestação de serviços, assim como rejeitar e determinar substituições ou complementações, mesmo após a entrega dos mesmos.

10.1.11. Aplicar as penalidades cabíveis, através da Secretaria Municipal de Compras e Licitações, após solicitação da Secretaria requisitante.

10.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1. São infrações administrativas passíveis de aplicação de sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei nº 14.133/21:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a Dispensa Eletrônica ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) condutor(a) durante a Dispensa Eletrônica;

11.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.5.1. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5.2. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.5.3. Deixar de apresentar amostra, quando exigida;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da dispensa eletrônica sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a Dispensa Eletrônica ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
11.1.9. Fraudar a Dispensa Eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
11.1.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
11.1.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação direta;
11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;
11.1.13. Para fins deste instrumento, considera-se, ainda, comportamento inidôneo a realização de atos tais como os descritos nos artigos 337-H, 337-L, 337-M, § 2° do Código Penal.
11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
11.2.1. advertência;
11.2.2. impedimento de licitar e contratar;
11.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
11.2.4. multas:
11.2.4.1. multa de 10% (Dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato;
11.2.4.2. multa de 1% (Um por cento), por dia de atraso, calculada sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), caso o contratante retarde a execução dos serviços ou retarde a substituição dos serviços que não estiverem de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência;
11.2.4.3. multa de 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total;
11.2.4.4. multa de 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa injustificada em assinar e/ou de não entrega da documentação exigida para a contratação.
11.2.4.5. As multas são independentes entre si; a aplicação de uma, não exclui a aplicação das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei, observado o limite máximo de 30% do total do contrato licitado ou celebrado.
11.2.4.6. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.
11.2.4.7. Durante a tramitação do processo de aplicação de penalidades, os pagamentos poderão ser suspensos total ou parcialmente para viabilizar o desconto de que se trata o item 13.2.4.6.
11.2.4.8. Se os pagamentos devidos à CONTRATADA forem insuficientes para saldar os débitos decorrentes das multas, esta ficará obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
11.2.4.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa e cobrada judicialmente.
11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
11.5. Na aplicação das sanções de advertência e multa, que se dá por meio de processo administrativo simplificado, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
11.6. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
11.6.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
11.6.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
11.6.3. demais situações de pequena relevância que configurem descumprimentos contratuais e editalícios corrigidos após notificação.
11.7. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.
11.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais

grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pela prática das infrações dispostas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o participante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos subitens 11.8. e 11.9. exigirá, como condição de reabilitação do participante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.13. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.14. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação;

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

11.15. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei n.º 14.133/21 e do Decreto Municipal n° 3.240/24.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da Contratada pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, amigavelmente, ou por um dos motivos abaixo descritos, os quais deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

13.2.1. Descumprir ou cumprir de forma irregular as normas editalícias ou das demais cláusulas deste contrato;

13.2.2. Recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada neste contrato;

13.2.3. Deixar, injustificadamente, de assinar o Contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
13.2.4. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
13.2.5. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
13.2.6. Declaração de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da Contratada;
13.2.7. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
13.2.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do Contratante;
13.2.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
13.2.10. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do Artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.
13.2.10.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista no subitem anterior, caso a penalidade aplicada à Contratada não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o Contratante, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do contrato.
13.3. A Contratada terá direto à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
13.3.1. Supressão, por parte do Contratante, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei n° 14.133/21;
13.3.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita do Contratante, por prazo superior a 3 (três) meses;
13.3.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
13.3.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, cotado da emissão da Nota Fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo Contratante por despesas efetivamente executadas;
13.3.5. Não liberação pelo Contratante, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução do serviço;
13.3.6. Na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do Contrato, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, sem aplicação de penalidades.
13.3.7. Para fins de aplicação desta cláusula, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei n° 14.133/21.
13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
13.4.1. Se a operação indicada no subitem anterior implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
13.5.3. Indenizações e multas.
13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES RELACIONADA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou deste contrato, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO

15.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 3.240/2024, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer

que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, no Decreto Municipal n° 3.240, de 2024, e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação da prestação de serviços que integra o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

18.1. Não será exigida a prestação de garantia para esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

19.1. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o instrumento convocatório da Dispensa Eletrônica nº 022/26, propostas e anexos. O presente Contrato vincula-se ao ato homologatório da Dispensa de Licitação e à Ata da Sessão Pública do Processo Administrativo em epígrafe.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

20.1. A Contratada obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, informando ao Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao Decreto Municipal n° 3.240, de 2024.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de São João da Boa Vista, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas e questões judiciais que possam advir da execução deste Contrato e seus aditivos que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos partícipes, nos termos do artigo 92, §1º da Lei 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas a seguir nomeadas, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Águas da Prata, *data*.

_____

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ÁGUAS DA PRATA
Carlos Henrique Fortes Dezena
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

_____

RAZÃO SOCIAL
Representante legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:
CONTRATADA:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:

1. Estamos CIENTES de que:
a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://doe.tce.sp.gov.br/), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: Carlos Henrique Fortes Dezena
Cargo: Prefeito Municipal
CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:
Nome: Carlos Henrique Fortes Dezena
Cargo: Prefeito Municipal
CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome: Carlos Henrique Fortes Dezena
Cargo: Prefeito Municipal
CPF:

Assinatura:

Pela Contratada:

Nome:
Cargo: Representante legal / Procurador
CPF:
Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Carlos Henrique Fortes Dezena
Cargo: Prefeito Municipal
CPF:

Assinatura:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome: Mirian Araújo de Souza
Cargo: Diretora do Departamento de Gestão de Contratos
CPF:
Assinatura:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)